

Migração, Inserção Produtiva e Urbanização da Fronteira Agrícola: Um estudo sobre a Região Oeste do Paraná (1940 a 2000)

Erneldo Schallenberger¹

UNIOESTE

Iara Elisa Schneider²

UNIOESTE

RESUMO: Este trabalho pretende analisar a evolução nas formas de inserção produtiva dos migrantes que contribuíram para o incremento populacional e o desenvolvimento da região Oeste do Paraná. Para isso, analisar-se-á o processo de ocupação da região, inicialmente na condição de fronteira agrícola, empregando a maior parte dos migrantes em atividades do meio rural. O crescimento econômico e o desenvolvimento regional promoveram um processo de "exclusão" no campo, a partir da introdução de técnicas modernas de produção na agricultura, o que conduz a criação de novas formas de inserção produtiva em atividades ligadas ao meio urbano, como indústria, comércio e prestação de serviços. É essa evolução das atividades agrícolas para as urbanas que se pretende analisar neste artigo, tomando como recorte o processo de desenvolvimento da região Oeste do Paraná.

PALAVRAS-CHAVE: Migração, inserção produtiva; região Oeste do Paraná.

ABSTRACT: This article intends to analyze the evolution in the forms of the migrants productive insert that contributed to the population increment and the development of the West Region of Paraná. For this, the process of occupation of the area will be analyzed, initially in the condition of agricultural border, using most of the migrants in activities of the rural way. The economical growth and the regional development promoted an exclusion process in the field, starting from the introduction of modern techniques of production in the agriculture, what leads the creation in new ways of productive insert in linked activities to the urban way, as industry, trade and services rendered. It is this evolution of the agricultural activities for the urban ones that intends to analyze in this article, taking as cutting the process of development of the area West of Paraná.

KEY-WORDS: Migration, productive insert; area west of Paraná.

CONTEXTUALIZAÇÃO DA FORMAÇÃO HISTÓRICO-SOCIAL DO OESTE DO PARANÁ

Para acompanhar o processo de desenvolvimento da região Oeste do Paraná, faz-se necessário, inicialmente, um resgate histórico, que destacará os elementos migrantes que afluíram para a área e também o contexto político nacional, que visava garantir a ocupação dos espaços demograficamente “vazios”. Além disso, serão também evidenciadas as atividades econômicas que promoveram a inserção produtiva dos migrantes que se dirigiram para a região, com o objetivo de analisar o processo de urbanização e desenvolvimento da fronteira agrícola.

O Oeste do Paraná (destacado no mapa a seguir) foi a última região geográfica do Estado a ser colonizada, e seu processo de ocupação se deu no centro do movimento político-econômico nacional denominado “Marcha para o Oeste”, deflagrado no início da década de 1930, durante o governo de Getúlio Vargas. No entanto, a região permaneceu até recentemente às margens da economia e da sociedade brasileira, integrada às rotas de contrabando e de comércio do Rio da Prata (SCHALLENBERGER, 2006), uma vez que a ocupação do espaço, no Brasil, se restringiu, durante séculos, a uma pequena faixa do litoral, com raras e pequenas incursões para o interior. Desta forma, a área mais interiorana apenas recebia atenção quando a integração territorial sofria ameaças (GREGORY, 2002).

MAPA I – ESTADO DO PARANÁ DIVIDIDO EM MICRORREGIÕES:



Fonte: IBGE

A região até então, estava entregue a exploração por parte de estrangeiros (paraguaios e argentinos), que tinham sua economia baseada no cultivo da erva-mate, tanto no território paranaense como também no Estado do Mato Grosso do Sul, e usavam o Rio Paraná como sua principal rota de escoamento. A necessidade e o interesse na colonização desta região surgiu da necessidade de garantir a soberania nacional e da incorporação de maiores áreas à produção agrícola, num cenário de crescimento do consumo de alimentos nos centros urbanos e da dificuldade de importação de gêneros alimentícios durante a II Guerra Mundial (GREGORY, 2002).

A ideologia da “Marcha para o Oeste” proposta pelo governo Vargas, era formada por um conjunto de ações governamentais bastante variadas, que ia da implantação de colônias agrícolas, passando pela abertura de novas estradas até obras de saneamento rural, à construção de hospitais. Esta política nacionalista/expansionista buscava a integração nacional, concomitante à organização dos territórios, garantindo dessa forma, além da ocupação e efetiva posse, a exploração de imensas regiões fronteiriças praticamente devolutas, em prol da organização administrativa, do desenvolvimento socioeconômico e da ocupação de espaços até então considerados vazios, do ponto de vista demográfico (LOPES, 2002).

Em se tratando da região Oeste do Paraná, uma das primeiras estratégias adotadas pelo programa foi a construção de estradas, para promover a integração entre as diversas regiões do Estado e do país. Para isso, foi criado em 1938 o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), incumbido de desenvolver o programa rodoviário da Marcha para Oeste, como fruto da grande estratégia oficial de desenvolver a região e propiciar um grande salto no processo de colonização. O objetivo primeiro deste programa, no Estado do Paraná, era construir a estrada entre Ponta Grossa e Foz do Iguaçu, passando por Cascavel. Tratava-se da BR 35, hoje, BR 277 (LOPES, 2002).

Pode-se observar, através desta estratégia, que a penetração do território deu-se no sentido leste-oeste e passou a representar um desafio de conquista nacional, que Vargas definia como “imperialismo para dentro”, a fim de integrar os espaços vazios à produção para o mercado. A fronteira econômica deveria coincidir com a fronteira política através da ampliação do mercado interno. A produção agrícola orientada para o mercado promoveria uma nova inserção de produtos nesse mercado, fazendo com que houvesse maior circulação de riquezas e geração de excedentes, que contribuiriam com o processo de desenvolvimento industrial. Por outro lado, o deslocamento de trabalhadores das regiões de espaço agrícola comprimido representava uma forma de reduzir tensões sociais (NETO, 2002).

Na estratégia da “Marcha para Oeste” está expresso o grande projeto de nacionalização do governo federal, no intuito de promover uma nova re-divisão territorial para a melhor organização político administrativa, econômica e social

do país. Territórios Federais foram criados para dar suporte e exercer controle sobre os novos espaços sociais e econômicos em construção. No Oeste do Paraná, o Território Federal do Iguazu (TFI) é expressão geopolítica desse processo de expansão das fronteiras. Segundo Lopes (2002, p. 59) “os objetivos da criação dos territórios federais de fronteiras, dentre eles o Território Federal do Iguazu, eram os de promover a integração das regiões tanto do ponto de vista espacial e geográfico, quanto econômico e social, além de promover a defesa e a segurança nacional”.

Embora o Território Federal do Iguazu tenha permanecido por apenas três anos (1943-1946), comparativamente ao que existia na região antes de sua criação, são bastante significativos os avanços obtidos na área de educação, saúde e comunicação durante sua existência (LOPES, 2002). De fato, todas estas articulações do governo federal, impactaram de forma positiva no desenvolvimento da região Oeste do Paraná, pois além de tudo, inseriram-na no contexto nacional, tanto em sua dimensão política, como socioeconômica.

A exaltação da grandeza da pátria e o problema dos vazios demográficos deveriam ser resolvidos pela racionalização dos deslocamentos dos grupos sociais para regiões de menor densidade populacional. A efetiva ocupação do território nas fronteiras abertas resolveria um outro problema: o da ampliação da produção de excedentes agrícolas e de um mercado voltado ao abastecimento nacional.

A região Oeste do Paraná, por sua localização geográfica privilegiada, esteve à mercê da exploração estrangeira, fato agravado pela quase inexistência do elemento humano nacional. Essa exploração por companhias estrangeiras colocava em risco a soberania nacional sobre região. A língua mais falada na região até a década de 1940 espanhol e, inclusive, a moeda utilizada era estrangeira. Diante da necessidade de se efetivar a colonização e inserção produtiva da região, o Estado uniu forças com companhias colonizadoras particulares e definiu alguns critérios para que o empreendimento tivesse sucesso. Dentre estes, estava a organização fundiária, estruturada a partir dos minifúndios, que, embora não fossem tão eficientes para a grande produção, representaram a melhor maneira de consolidar o incremento populacional. Outro detalhe seria o tipo de elemento humano que seria atraído, predominantemente o de origem gaúcha e catarinense e descendentes de italianos e alemães, tido como modelo de “trabalhador” (GREGORY, 2002).

Nas áreas colonizadas pela Industrial Madeireira e Colonizadora Rio Paraná S/A – MARIPÁ, que correspondem aos atuais territórios dos municípios de Toledo, Marechal Cândido Rondon, Nova Santa Rosa, Maripá, Quatro Pontes, Mercedes, Pato Bragado e Entre Rios, a pequena propriedade familiar, a partir do assentamento de colonos vindos dos estados do sul, tornou-se o marco referencial da colonização. Embora a historiografia acerca da colonização do Oeste do Paraná adote o discurso hegemônico empreendido pela colonizadora MARIPÁ, a formação

histórica regional é muito mais complexa, prenha de conflitos em torno da posse da terra, de interesses divergentes a partir de grupos étnico-culturais plurais, de ingerências de políticas governamentais e de projeções do capital financeiro e industrial que interferiram no processo de desenvolvimento regional.

Além da colonizadora MARIPÁ, outras companhias tiveram importante papel na construção das territorialidades da região Oeste paranaense. Dentre elas, pode-se citar a empresa Pinho e Terras, as colonizadoras Matelândia e Norte do Paraná Ltda. Cada qual possuía características diferenciadas de assentamento dos colonos e de organização do espaço. A natureza étnica e a origem dos proprietários agrícolas não eram uniformes. As colonizadoras com sede no sul do país tinham por objetivo atrair colonos das zonas de colonização, organizadas a partir das frentes de imigração alemã e italiana. Já as empresas como a Norte do Paraná Ltda, com sede em São Paulo, e área de atuação na região de Assis Chateaubriand, Palotina e Tupãssi, tinha outros objetivos e formas de organização, praticando a grilagem de terra e a expulsão da população nativa através de sangrentos conflitos. Esta colonizadora atraiu, além de migrantes sulistas, grandes contingentes de paulistas e mineiros (COLOGNESE, GREGORY E SCHALLENBERGER, 1999).

O incremento populacional do Oeste paranaense é recente, com fluxos migratórios mais intensos a partir de 1940. Eram, em sua grande maioria, camponeses em via de capitalização nas suas regiões de origem. Do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Minas Gerais e do próprio Paraná contingentes populacionais se projetaram sobre o Oeste paranaense, com o intuito de buscarem novos espaços de produção agrícola ou de encontrarem oportunidade de trabalho. É importante ressaltar que as migrações nem sempre podem ser relacionadas a situações de pobreza, da falta de terras e de alimentos. Muitas vezes são estimuladas por fatores ligados às políticas de incentivo, às motivações decorrentes dos apelos do capital e às novas oportunidades de trabalho e renda que são anunciados nos novos territórios em construção. Muitos colonos venderam suas terras nas colônias já estruturadas para poderem ampliar a área de suas propriedades nas novas fronteiras agrícolas, onde os preços mais baixos motivavam a aplicação do capital (GREGORY, 2002).

Embora o maior contingente dos proprietários agrícolas fosse originário do sul do país, é inegável a participação de mineiros e paulistas na construção socioeconômica regional. Estes descendentes de portugueses e espanhóis tinham objetivos diferentes dos colonizadores de origem italiana e alemã, pois muitos deles não ocupavam a terra na condição de proprietários, mas como trabalhadores sazonais.

Assim, a grande maioria dos migrantes vindos dos estados sulinos era vinculada às atividades agrícolas. Vinham na condição de proprietários, com vistas a aumentar suas áreas de terras, buscando nesta relação dar continuidade na sua

forma de reprodução social nos moldes característicos das famílias dos imigrantes europeus e de seus descendentes. Assim, enquanto fronteira agrícola, a região Oeste do Paraná representou uma possibilidade real de fazer valer essa continuidade e de garantir uma certa capitalização.

Já entre paulistas e mineiros, hipoteticamente pode se supor que vieram atraídos, inicialmente, pelo cultivo de café, no Norte do Paraná e, mais tarde, migraram para a região Oeste do Paraná, quando esta representava oportunidades de trabalho, inserida no contexto de abertura das fronteiras agrícolas, ligada a extração de madeira e, posteriormente, na agricultura, com o cultivo de hortelã e na produção de grãos.

O quadro abaixo aponta várias unidades federativas que contribuíram para o incremento populacional do Oeste paranaense e, por meio dele, percebe-se que embora a bibliografia acerca da região retrate gaúchos e catarinenses como sendo os principais responsáveis pela formação da base sociocultural da região, vê-se que o contingente de paulistas foi maior que o de catarinenses, chegando a representar 26% dos migrantes. Já os mineiros, que quase nunca são lembrados pela literatura, representaram entre 1975-80 cerca de 9% dos migrantes que se dirigiram para o Oeste do Paraná, o que demonstra a sua importância na formação social regional.

TABELA I – IMIGRAÇÃO INTERESTADUAL NO OESTE DO PARANÁ 1975-2000:

Estados	Imigração Interestadual do Oeste do Paraná					
	75-80	%	86-91	%	95-00	%
Rondônia	300	0,83	4480	11,84	1794	5,84
Minas Gerais	3388	9,37	1195	3,16	940	3,06
São Paulo	8658	23,95	6788	17,94	8062	26,23
Santa Catarina	8047	22,26	5810	15,35	6592	21,45
Rio G. do Sul	11807	32,65	7021	18,55	6196	20,16
Mato G. do Sul	2685	7,43	2989	7,90	3195	10,39
Mato Grosso	504	1,39	9047	23,93	3940	12,82
Outros estados	768	2,12	517	1,37	18	0,06
Total	36157	100,0	37847	100,0	30737	100,0

Fonte: FIBGE 1980, 1991, 2000.

As origens étnicas e sócio-espaciais diferenciadas possibilitam a formulação de hipóteses acerca da atração que as fronteiras agrícolas exercem sobre os migrantes. Entre os sulistas que se dirigiram para as novas fronteiras de colonização, a maioria era representada por pequenos proprietários de terra, que buscavam aumentar suas áreas e seu capital, fazendo parte da “fronteira econômica”³, que visava inserir a região Oeste do Paraná no contexto produtivo nacional. Dentre os paulistas, alguns integram marginalmente esta mesma fronteira econômica, na medida em que adquirem propriedades de terra, se dedicando ao cultivo do café. Já os mineiros e uma parcela de paulistas faziam parte da “frente demográfica”, atraídos que foram, principalmente pela possibilidade de trabalho, inicialmente no cultivo de café e hortelã, sobretudo nas regiões de Palotina e Assis Chateaubriand. As fronteiras demográficas e econômicas se sobrepueram dentro da fronteira agrícola de modo a promover a ocupação populacional e tornar a área produtiva.

O processo de ocupação humana do Estado do Paraná é produto de três frentes pioneiras básicas. Dentre elas, a mais antiga é a do “Paraná Tradicional”, que avançou do litoral para o planalto de Curitiba e, depois, para as zonas de Campos Gerais. Os Campos Gerais forma ocupados predominantemente por imigrantes europeus. A segunda fase pode ser caracterizada a partir da ocupação da região Norte, impulsionada pelo cultivo do café, após a Primeira Guerra Mundial, e foi incrementada pelas “frentes” migratórias internas, principalmente de paulistas e mineiros. A última e mais recente área de ocupação do território paranaense se deu nas regiões Oeste e Sudoeste nos meados do século XX, incrementada, sobretudo, pelos migrantes gaúchos e catarinenses (GREGORY, 2002).

Embora estas fases sejam bem definidas cronologicamente na história do Paraná, pode-se inferir que a ocupação da região Norte se projetou sobre a colonização do Oeste paranaense, ou seja, as correntes migratórias que promoveram o incremento populacional da região Norte, seguiram, em parte, até o Oeste, na medida em que viram estagnadas as suas possibilidades. Este fato é coerente com as etapas da economia nacional, onde integrantes de todas as classes sociais se deslocaram de uma região estagnada para outra em expansão. Passado o período de apogeu do produto que trouxera prosperidade à região em expansão, estes grupos migravam para outra onde se desenvolvia um novo mercado, impulsionado por outro produto em ascensão e aberto ao emprego da mão-de-obra que se tornara ociosa nas áreas em decadência.

A presença de paulistas e mineiros na região Oeste remete à “exclusão” por que passaram estes migrantes nas antigas zonas de colonização do Norte paranaense e nas lavouras de café. Sua presença nas terras oestinas se fez principalmente por esta ser uma região em expansão e oferecer possibilidades de trabalho nas novas culturas que começaram a ter inserção no mercado, como a hortelã e, mais tarde, o trigo e a soja.

Observando as características das frentes migratórias (econômicas e demográficas) percebe-se que assim como o modelo do colono-empresendedor é visível, a região atraiu também uma grande leva de migrantes constituída por uma massa fugitiva das pressões demográficas, da falta de terra e da exigüidade de incentivos por parte do governo. Resistiam a idéia de migrar para os centros urbanos e viam na colonização das terras oestinas a possibilidade de continuarem sua lida no campo, garantindo, assim, a preservação de suas formas de reprodução social e de seu "*modus vivendi*"⁴.

MOTIVAÇÕES SOCIOECONÔMICAS PARA A FORMAÇÃO DE FLUXOS MIGRATÓRIOS

Compreender a complexa dinâmica desterritorializadora dos migrantes que promoveram a colonização do Oeste paranaense, é preciso trabalhar em diferentes escalas espaço-temporais. Assim, para analisar o processo de desterritorialização, acompanhado concomitantemente pela reterritorialização nos novos espaços de colonização, é necessário considerar a territorialização previamente existente, ou seja, faz-se necessário recorrer a uma perspectiva histórica e geográfica que envolve as transformações desencadeadas nas regiões em análise, como também observar o processo de estagnação socioeconômica existente nos estados sulinos, em São Paulo e Minas Gerais (HAESBAERT, 1997).

Os fluxos migratórios originados do Estado São Paulo em direção ao Paraná estão diretamente associados à alta dos preços da terra e à infestação dos cafezais e às quotas máximas de produção decorrentes da crise de 1929, que provocou uma baixa dos preços internacionais e reduziu as exportações. Esse fato impactou de forma negativa toda a economia nacional e desestruturou de forma especial a economia dos dois principais estados produtores de café, Minas Gerais e São Paulo. Assim, se na década de 1920 houve a expansão de muitas cidades e vilas no "caminho do café" nesses dois estados, no decênio de 1930 houve uma inversão do fenômeno com uma tendência ascendente de emigração regional. Muitas cidades conheceram uma baixa enorme de seus efetivos populacionais que migraram, em grande parte, para a região Norte do Estado do Paraná para continuarem sua dedicação à atividade de produção de café (VIEIRA, 2003).

Por volta de 1930, iniciaram-se no Rio Grande do Sul dois movimentos distintos: de um lado, um intenso processo de minifundização, decorrente do sistema de subdivisão das terras por herança familiar, e, de outro, a ampliação de grandes propriedades dedicadas à pecuária, notadamente no noroeste daquele Estado. Tais desdobramentos geraram um excedente populacional rural que se deslocou em busca de novas oportunidades de inserção econômica e social. Desta

forma, a expansão da fronteira agrícola para o Oeste paranaense foi favorecida pela proliferação das unidades familiares no Sul e, conseqüentemente, pela pressão demográfica exercida sobre os minifúndios, incapazes de se manter numa economia em mutação, voltada não mais para a subsistência, mas, sobretudo, para o abastecimento do mercado interno (RIPPEL, 2005).

Além disso, as características geográficas, as condições climáticas, a fertilidade do solo, a vastidão das fronteiras e as belezas naturais, aumentaram a confiabilidade no empreendimento colonizador nas terras da região Oeste do Paraná. Novas territorialidades foram sendo construídas a partir da reorganização de aparatos sociais e da constituição de comunidades locais.

O fenômeno do esgotamento das fronteiras e da proliferação das unidades familiares no Rio Grande do Sul e Santa Catarina e da estagnação da economia cafeeira nos estados de São Paulo e Minas Gerais desencadeou um processo de desterritorialização, que impulsionou o deslocamento de contingentes populacionais em busca de áreas onde pudessem, de forma semelhante, reproduzir seu modo de vida. Desta forma, o território foi usado como um recurso para garantir os interesses particulares dos migrantes. Para estes atores homogeneizados ele se constituiu num abrigo, onde buscam constantemente se adaptar ao meio geográfico novo, criando estratégias que garantissem a sobrevivência nos novos territórios em construção.

Assim, através dos deslocamentos populacionais e dos conseqüentes processos de desterritorialização e reterritorialização, se percebe o território estruturado em forma de rede que conecta diferentes pontos ou áreas, que mesmo sendo espaços descontínuos podem ser intensamente conectados e articulados entre si.

Uma vez constituído o território do Oeste paranaense, desde o início do século XX até a década de 1950, a principal atividade econômica da região esteve basicamente alicerçada na extração da madeira. A quase totalidade desse território esteve coberta por imensas reservas florestais: mata de araucárias nas terras mais altas e mata subtropical ao longo dos vales fluviais. A ausência de um sistema adequado de transporte rodoviário determinou que, durante os primeiros anos, a vida econômica da região girasse em torno do eixo fluvial representado pelo Rio Paraná. Em suas margens, tanto do lado brasileiro como paraguaio, constituíram-se os centros comerciais mais importantes. Era por este rio que escoava toda a madeira cortada, destinada aos mercados consumidores localizados em território argentino ou no Estado de São Paulo (COLODEL, 1992).

Esta atividade atraiu grandes investimentos que fomentaram o surgimento de um grande número de madeireiras de médio e grande porte, que construíram instalações para serrar, armazenar e emboscar madeira em vários pontos do leito do rio Paraná. Esse transporte fluvial passou a comportar um sistema intermodal,

através da construção de uma estrada de ferro que circundava o trecho não navegável das Sete Quedas e do seu cânion inferior. A atividade de extração e do comércio da madeira pelo rio Paraná esteve praticamente desintegrada do conjunto das atividades econômicas paranaenses e o seu controle por agentes econômicos e capitais estrangeiros motivou a criação do efêmero Território Federal do Iguaçu - TFI (PERIS et al, 2003).

A frente de colonização agrícola da fronteira oeste do Paraná, que sucedeu a fase de exploração da madeira, implementou uma produção diversificada e com fins comerciais, gerando excedentes comercializáveis, principalmente de suínos vivos e milho. Esse novo fluxo comercial passou a orientar-se pelo transporte terrestre, via caminhões, atingindo o mercado nacional, por Ponta Grossa (PERIS et al, 2003).

Ao iniciar-se a década de 1960, mesmo ainda com a presença da indústria madeireira, a base agrícola passou a ser dominante na região. Assumiu, ao longo da década de 1960, o primeiro lugar na produção de milho e na criação de suínos do Paraná, diversificando sua produção com a introdução de outras culturas, tais como a mandioca, feijão, trigo e soja (PERIS et al, 2003).

Neste sentido, a localização geográfica privilegiada associada aos recursos naturais abundantes e a construção de rodovias, que permitiram o escoamento da produção e a interação com outras regiões, favoreceram um rápido desenvolvimento regional.

Vale lembrar que, embora sejam importantes as condições geográficas e naturais, o afluxo de recursos financeiros, seja pelas políticas de incentivo ou de créditos bancários específicos, e de recursos humanos advindos das diferentes regiões do país foram os agentes principais e os usuários imediatos desse processo de desenvolvimento.

Assim, o cenário do desenvolvimento econômico da região teve influência dos deslocamentos populacionais que a ela se dirigem e dela se originam, num movimento de dinamização da economia regional, de geração de oportunidades, de renda e de novas demandas sociais.

As migrações ocorrem, via de regra, em contextos nos quais os deslocamentos expressivos de contingentes humanos geram reordenações geográficas e a produção de espaços existenciais que comportam referências e práticas culturais historicamente construídas e herdadas e que se convertem e materializam nas relações sociais e nas práticas produtivas decorrentes das vivências do cotidiano no lugar em que se concretizam.

Como um fenômeno social importante, as migrações internas são, ao mesmo tempo, condicionadas e resultantes de um processo global de mudanças sociais e econômicas das quais não podem ser separadas. De modo que este estudo procura evidenciar as transformações ocorridas na realidade das regiões onde as migrações

ocorrem, analisando inicialmente o Oeste do Paraná, principalmente no que se refere ao seu comportamento, suas características e sua relação com o desenvolvimento regional.

O desenvolvimento de uma região encontra-se vinculado à dinâmica e à organização do capital, que necessita transformar as condições “ambientais locais”, moldando-as segundo seu interesse e necessidade de expansão, dado que normalmente o deslocamento de pessoas e de investimentos para uma determinada área está diretamente relacionado tanto com o comportamento geral da economia quanto com o processo de inserção e unificação de mercados e da região no mercado (SANTOS, 2003).

O dinamismo e até a estagnação econômica de certas regiões está diretamente relacionada à atração ou à repulsão dos migrantes, sendo assim, a região Oeste paranaense se constitui num objeto de análise muito interessante, pois representa uma contradição dentro da sociologia rural: de centro de atração de grandes contingentes populacionais durante as décadas de 1940-60, torna-se centro de repulsão de migrantes, depois deste período.

“Como fronteira agrícola e frente de ocupação do território brasileiro nas décadas de 40 e 60, o Paraná teve sua atratividade pautada em padrões produtivos que adensaram o espaço rural e urbano, articulando atividades e serviços que absorveram uma população numerosa vinda dos mais diversas regiões do país. Isso fez com que o Paraná consolidasse uma ocupação regional equilibrada nesse período as mais elevadas taxas de crescimento populacional do país (...), contudo, o esgotamento das oportunidades de fronteira agrícola coincide com o desenvolvimento agroindustrial e mudanças no padrão produtivo, e o período que segue é marcado por grandes fluxos de saída do estado que passa a apresentar as menores taxas de crescimento do país”. (KLEINKE, DESCHAMPS E MOURA, 1999).

Segundo Piffer (1997), isto ocorreu porque o processo de formação, organização e estruturação do capitalismo têm se caracterizado pela presença de uma redistribuição das atividades econômicas e isso repercutiu diretamente sobre os movimentos migratórios de pessoas e de capitais, inserindo novos territórios, novas fronteiras ao processo dinâmico da produção capitalista nacional, gerando conseqüentemente, o desenvolvimento regional.

Na atualidade, não é possível conceber desenvolvimento sem se levar em consideração o preponderante papel dos indivíduos e da sociedade no processo, o que nos permite inferir, então, que ele não ocorre sem a participação da população e que, neste contexto, o próprio comportamento demográfico explica e é explicado pelo processo de desenvolvimento que ocorre nas regiões em análise.

Assim, percebe-se que a população em geral, e mais ainda os migrantes, são efetivamente influenciados pelo modo como o desenvolvimento de uma região ocorre e possuem a capacidade de influenciar e até estimular um determinado processo de desenvolvimento. Nesse sentido, quando se observa o caso brasileiro, com um olhar mais atento, vê-se o importante papel que as migrações internas, vivenciadas nas últimas décadas, tiveram na obtenção do atual estágio de desenvolvimento nacional, sendo que os fluxos migratórios incorporam novas áreas à economia e promovem uma redistribuição espacial da população (RIPPEL, 2005).

É fundamental que a migração seja encarada como sendo um processo onde se encontram envolvidos grupos sociais e não uma população com entidade abstrata ou mesmo indivíduos isolados que se deslocam no espaço em decorrências das transformações econômicas e mesmo sociais em determinado local (SINGER, 1977).

Faz-se então necessário, evidenciar o caráter social das migrações e neste horizonte, fica evidente que, nas motivações das migrações encontram-se acima de tudo, causas socioeconômicas que se convertem em fonte e origem do processo. Porém estas transformações não afetam da mesma maneira aos diferentes grupos componentes da estrutura social, levando a que apenas determinados segmentos da sociedade sejam impelidos a migrar (RIPPEL, 2005).

Nessa perspectiva, pode se falar em vários fluxos migratórios oriundos de um único território ou região, tendo em vista a diversidade das situações e dos grupos sociais que são atingidos pelas transformações das condições estruturais do mercado e do capital. Os fluxos migratórios não podem ser reconstituídos unicamente na base do deslocamento dos indivíduos entre dois pontos no espaço num determinado período de tempo, pois o que existe, na verdade, é uma trajetória marcada por diversos pontos de origem e destino, na qual a atuação de determinantes estruturais na origem vai atuar como o fator privilegiado na definição dos desdobramentos espaço-temporais das migrações.

A área de origem deixa de ser simplesmente o local de onde provém o migrante e passa a ser aquela onde se deram as transformações sociais e econômicas que colocaram em movimento um ou vários grupos sociais. Já a área de destino, não é apenas identificada pelo saldo migratório positivo, ela possui "fatores de atração" que direcionam os fluxos e, dentre estes fatores, destaca-se a demanda por força de trabalho, ou no caso das fronteiras agrícolas, a busca pela aquisição de terra.

Nesta perspectiva, emerge o espaço não apenas como lugar de partida e destino ou como superfície de medida entre estes dois pontos. Os movimentos migratórios revelam o movimento de constituição das disparidades e desigualdades espaciais. E, sobre este espaço desigualmente organizado e articulado compreende-se a coexistência de processos espaciais, donde novos e outros tipos de fluxos

migratórios se realizam. A lógica permite aceitar que a existência das desigualdades regionais permitiria assumi-las como fato principal de origem das migrações internas que acompanham a industrialização nos moldes capitalistas. Introduce-se o sentido da articulação processual que permite visualizar a mudança e não mais o "motor". Deste modo áreas de atração e áreas de repulsão ganham um novo significado. Migração não é mais migração pura e simplesmente. E a mudança não é somente a hipérbole do êxodo rural e da urbanização (MENEZES, 2000).

Assim, as migrações são aqui compreendidas como sendo um processo acima de tudo social, na qual grupos sociais se deslocam no espaço geográfico, motivados e estimulados por transformações econômicas e sociais que acontecem em determinados locais num dado período cronológico.

Paul Singer (1977) identifica, neste sentido, dois fatores que atuam nas migrações: o das mudanças decorrentes da introdução de relações capitalistas no campo e o da estagnação, relacionado com as limitações na disponibilidade de terra cultivável, seja pela monopolização da posse desta por grandes proprietários, seja pela insuficiência física de novas áreas de plantio.

Singer (1977, p.49) procura, ainda, estabelecer uma relação entre migração e desenvolvimento:

"(...) o desenvolvimento ao criar fatores de mudança em áreas rurais, avoluma os fluxos de migração interna, embora tais fluxos estejam presentes mesmo quando não há desenvolvimento. O que importa considerar, porém, é que só o desenvolvimento cria as condições que permitem uma expansão vigorosa da economia urbana da qual pode resultar a absorção produtiva, embora com retardo, da mão-de-obra trazida à cidade pelas migrações".

Embora o autor trabalhe principalmente na perspectiva das migrações rural-urbanas, as migrações do rural para o rural, como aconteceu inicialmente entre o Oeste do Paraná e o Estado do Mato Grosso, têm, também, um importante papel na absorção do excedente populacional das áreas em estagnação e servem para organizar o espaço que mais tarde terá na constituição de uma infra-estrutura urbana o suporte para o efetivo desenvolvimento regional.

Além disso, a área de destino é, muitas vezes, apenas uma etapa do processo. Assim, faz-se necessário distinguir os vários fluxos que podem estar compondo um grupo de movimento e observar em que casos a área se constitui em destino final. A região Oeste paranaense se constitui num fenômeno bastante característico deste comportamento, ou seja, recebeu durante as décadas de 1940 e 1970 grandes contingentes populacionais, porém, grande parte destes migrantes continuou migrando, em especial para as áreas de fronteiras agrícolas no Estado do Mato Grosso, sendo que o Oeste não representou para eles o destino final.

Singer (1977, p.54) explica melhor este fenômeno:

"Mesmo que a área tenha saldo migratório positivo, muito possivelmente ela pode ser apenas uma etapa de determinados fluxos migratórios. É preciso distinguir, no conjunto dos migrantes que afluem à área, os vários fluxos por critérios sociológicos precisos e verificar para qual deles esta área é o ponto final".

Considerando que os principais condicionantes que deflagram os movimentos migratórios ocorrem na área de origem, no caso o Oeste do Paraná, faz-se necessário, entender as transformações que ocorreram nesta região e que foram responsáveis pela perda populacional, principalmente a partir de 1970, em direção ao Estado do Mato Grosso. Assim, o próximo tópico remete às mudanças ocorridas nas atividades econômicas realizadas pelos migrantes. Na época da colonização, elas eram concentradas em atividades agrícolas, obedecendo às necessidades de exploração da fronteira agrícola. Com o desenvolvimento regional e a exclusão promovida por técnicas modernas de cultivo na agricultura, tem-se a ampliação de atividades que passam a se concentrar em ofícios típicos do meio urbano (comércio, indústria e prestação de serviços).

INSERÇÃO PRODUTIVA DOS MIGRANTES NO OESTE DO PARANÁ

Na região Oeste do Paraná a base de ocupação da fronteira foi inicialmente rural, com a vinda das "frentes econômicas" em busca da aquisição de terras, mas dentro do projeto de colonização estava a necessidade de formação de núcleos urbanos, que abrigassem uma gama de atividades, como comércio, prestação de serviços de educação e saúde, entre outros, fundamentais para gerar condições de sobrevivência para os migrantes. As "frentes demográficas" vêm a reboque deste processo, na medida em que estes centros urbanos se tornaram locais de abrigo para quem não conseguiu comprar terra e, conseqüentemente, formou-se aí um incipiente mercado de trabalho, que deu suporte ao meio rural, na limpeza das áreas e nas atividades ligadas à agricultura.

Nesse sentido, é importante frisar que a migração constitui-se não só condição para o povoamento, mas para a formação de um mercado de trabalho, e ligado a esse aspecto surge uma contradição nas políticas de atração utilizadas pelo Estado e pelas companhias colonizadoras: como atrair e alimentar os migrantes trabalhadores e alimentá-los sem lhes dar acesso à propriedade de terra?

Segundo Bertha Becker (1999), a solução para isso seria a mobilidade da força de trabalho apoiada na urbanização, pois para que ocorresse o efetivo desenvolvimento da região de fronteira, far-se-ia necessária a constituição de um

mercado de trabalho móvel, com trabalhadores permanentes e temporários, o que representava, também, uma estratégia de sobrevivência para o campesinato, que mantém o vínculo com a terra, complementando sua renda com empregos sazonais ou eventuais.

A criação de uma força de mercado dinâmica e versátil para efetuar várias tarefas e, ainda, produzir alimentos, tornou-se, assim, condição fundamental para a organização do mercado de trabalho dentro das fronteiras agrícolas, e, portanto, para a ocupação regional. Implicitamente, este aspecto constituiu-se numa estratégia de atração populacional articulada pelas colonizadoras.

A importância da formação dos núcleos urbanos como instrumento de ocupação se relaciona, assim, a três aspectos fundamentais: a atração de fluxos migratórios (principalmente frentes demográficas), a organização do mercado de trabalho e o controle social (BECKER, 1999). A relação do urbano com a mobilidade foi patente nos povoados e vilas. Estes surgiram como pontos de concentração de mão-de-obra, para abertura de matas, plantação, colheita, e de apoio direto à circulação (canteiro de obras, entreposto comercial, posto de combustível) e, freqüentemente, desapareceram com a extinção das frentes de trabalho.

O panorama dessas transformações entre rural e urbano, ficam evidentes a partir da análise da próxima tabela, na qual se tem a composição da população do Oeste do Paraná, que era essencialmente rural até o final dos anos 70, alcançando um Estado de quase equilíbrio durante a década de 80, a partir da qual ocorreu a inversão na situação domiciliar. Dentre as razões explicativas para esta mudança está a crescente importância da urbanização e de atividades urbanas que absorveram o excedente populacional gerado pela modernização agrícola e deram suporte ao desenvolvimento a partir da criação de uma infra-estrutura de comércio, indústrias, prestação de serviços, hospitais e escolas.

TABELA 2 - COMPOSIÇÃO DA POPULAÇÃO DO OESTE DO PARANÁ POR ÁREA URBANA E RURAL DE DOMICÍLIO – 1970 A 2000:

Ano	População Urbana		População Rural		População Total
	Total Urbano	% no total da pop. regional	Total Rural	% no total da pop. regional	Total Geral
1970	149.516	19,87	602.916	80,13	752.432
1980	484.504	50,43	476.225	49,67	960.729
1991	728.126	71,67	287.803	28,33	1.015.929
1996	832.691	77,20	245.893	22,80	1.078.584
2000	929.092	81,60	209.490	18,40	1.138.582

Fonte: Censos Demográficos Brasileiros (IBGE – 1970 a 2000, Apud: Rippel, 2005).

Além dos dados acima revelarem uma inversão da concentração populacional, que passou a ser maior no meio urbano, o fenômeno mais marcante da trajetória populacional da década de 80 no Paraná foi, sem dúvida, o êxodo rural, que provocou uma redução de 1,3 milhões de pessoas no meio rural, fato que também contribuiu para o baixíssimo crescimento demográfico da região (1,38% a.a.). Esta cifra, descontando o crescimento vegetativo, se traduziu numa emigração estimada de 2,5 milhões de pessoas do campo paranaense (MARTINE, 1994).

A dimensão extraordinária desta emigração rural acabou sendo explicada pelo momento histórico que a agricultura brasileira estava passando durante a década de 70, quando o padrão de modernização agrícola adotado teve seus impactos mais diretos sobre a estrutura agrícola do Paraná, onde predominava a pequena e média propriedade. Assim, pode-se inferir que, em parte, as oportunidades geradas pela possibilidade da pequena produção na fronteira agrícola do Centro-Oeste bem como da Amazônia, acabaram servindo como válvula de escape para o êxodo rural paranaense (MARTINE, 1994).

Como se vê, boa parte dessa transformação ocorrida na relação urbano-rural, deve-se à modernização da agricultura, que gerou um elevado volume de desemprego no campo, fruto da consolidação do setor agropecuário voltado para o mercado externo que dinamizou o cultivo de certas culturas, em detrimento de outras.

Mediante estes acontecimentos, o enfraquecimento da agricultura de pequena escala permitiu que grandes empresas agroindustriais assumissem o papel dominante no setor rural brasileiro, onde a utilização de modernos sistemas de produção desalojou pequenos produtores rurais, bem como fornecedores e comerciantes, também classificados como pequenos.

Este fenômeno somente foi viabilizado porque o Estado do Paraná abriu espaço para que a política agrícola nacional ganhasse força. Porém, concomitantemente a esses ganhos, ocorreu o esgotamento de sua fronteira agrícola e o crescimento dos problemas sociais. Esta postura gerou profundas mudanças na economia e no setor rural do Estado e, em especial, da região Oeste. Severas críticas foram feitas à adoção do pacote tecnológico denominado "Revolução Verde", sendo que suas técnicas foram apenas adquiridas e não aprendidas e, deste modo, seu acelerado movimento de implantação provocou a expulsão de trabalhadores e pequenos proprietários rurais (RIPPEL, 2005).

A exclusão dos pequenos proprietários agrícolas ocorreu pelo fato de na época não se vislumbrar mais a possibilidade de expansão da agropecuária paranaense, uma vez que a maior parte do território estadual já estava ocupada. O Oeste paranaense foi atingido de forma bastante intensa, pois foi nessa região do Estado que a modernização agrícola se deu de forma mais contundente, ocasionando um acentuado êxodo rural e o crescimento da desigualdade no Estado.

Houve, na região, uma maior incorporação de áreas destinadas ao cultivo do binômio soja/trigo e a tecnificação no campo teve respostas positivas, devido ao solo fértil e à topografia privilegiada. Este cenário propiciou uma elevação no preço das terras e um nível razoável de enriquecimento, mas trouxe também graves problemas sociais, tais como urbanização desordenada, êxodo rural e um elevado contingente de emigrantes das áreas rurais. A população ocupada em atividades ligadas à agricultura na década de 70 era de aproximadamente 215.510 mil pessoas, reduzindo-se para 164.800 na década de 80 e chegando a apenas 99.300 em 2000 (IPEADATA). Como se pode perceber, a redução da população rural foi bastante significativa. Esses emigrantes ou foram empurradas para as atividades ligadas ao meio urbano, ou partiram para novas fronteiras agrícolas em outros estados brasileiros, principalmente para aqueles que representavam a possibilidade de continuidade do trabalho no campo.

As categorias de proprietários agrícolas, parceiros e arrendatários também foram reduzidos drasticamente, como se pode ver na tabela a seguir.

TABELA 3 - CATEGORIAS LIGADAS À TERRA (ARRENDATÁRIO, PARCEIRO E PROPRIETÁRIO) 1970-1995:

Ano	População Urbana		População Rural		População Total
	Total Urbano	% no total da pop. regional	Total Rural	% no total da pop. regional	Total Geral
1970	149.516	19,87	602.916	80,13	752.432
1980	484.504	50,43	476.225	49,67	960.729
1991	728.126	71,67	287.803	28,33	1.015.929
1996	832.691	77,20	245.893	22,80	1.078.584
2000	929.092	81,60	209.490	18,40	1.138.582

Fonte: IPEA

Estas três categorias foram em grande parte reduzidas, não apenas pela modernização na agricultura que inviabilizou as propriedades menores, mas o que decorreu deste fato, ou seja, a concentração fundiária. Desconsiderando as mazelas sociais decorrentes deste processo, a agricultura da região necessitou, a partir dessa nova etapa econômica, reorganizar suas atividades, que passaram a empreender modernas tecnologias e se destinarem ao mercado exportador. A agricultura continuou sendo o carro-chefe da economia regional, porém incorporou moldes capitalistas de produção, onde a agroindústria da cadeia produtiva alimentar passou a comandar o crescimento econômico da região.

Segundo Marx (1971) as transformações que ocorrem no modo de produção capitalista que afetaram a agricultura têm um princípio geral comum: a divisão social do trabalho. Neste sentido, ao mesmo tempo em que a produção capitalista rompeu os laços que uniam a agricultura e a manufatura criou condições materiais para uma síntese nova, superior, para a união da agricultura e indústria.

São, portanto, dois processos: um de destruição da economia natural, pela retirada progressiva dos vários componentes que asseguravam a “harmonia” da produção assentada na relação homem-natureza; e no outro, uma nova síntese, baseada no conhecimento e no controle, cada vez maior, da natureza e na possibilidade da reprodução artificial das condições naturais da produção agrícola. A esta passagem se denomina industrialização da agricultura, tornando esta última, até então considerada um “setor autônomo”, num ramo da própria indústria (SILVA, 1998).

O longo processo de transformação da base técnica – chamada de modernização, culmina na industrialização da agricultura. Este processo representa a subordinação da natureza ao capital, que, gradativamente, liberta o processo de produção agropecuária nas condições naturais dadas, passando a fabricá-las sempre que for necessário. A agricultura se industrializa e torna-se um setor subordinado ao capital, mais do que isto, ela se torna um ramo de aplicação do capital, de modo particular, do capital industrial, que lhe vende insumos e compra as mercadorias aí produzidas (SILVA, 1998).

Surge assim, um novo padrão agrícola, orientado para a integração vertical e para o incremento da produção através do aumento da produtividade, além da conjugação de outros e diversos fatores como a intensa urbanização, o rápido crescimento do emprego não-agrícola, o crescimento e a diversificação das exportações e a política de crédito rural.

O modelo agroindustrial criou novas alternativas de inserção produtiva para os migrantes, que viram frustradas suas perspectivas de sobrevivência junto a terra, como para a população como um todo. Num mundo globalizado, cada vez mais veloz e competitivo, a história da redistribuição espacial da população brasileira deixou um legado bastante propício para as condições de competitividade do país. A interiorização da população se deu graças à incorporação da expansão de fronteiras sucessivas, caracterizadas por um padrão de alta mobilidade. O resultado deste processo se materializou na constituição de uma rede urbana dentro das fronteiras agrícolas, que, além de outras coisas, se configurou no principal lócus do excedente da força de trabalho – exército de reserva que se constitui muito mais num exército de excluídos, mas cuja disponibilidade é importante para atender a velocidade do fluxo de capitais e investimentos e assim contribuir para o desenvolvimento da região.

Na tabela a seguir tem-se a evolução de pessoas ocupadas nas atividades ligadas à indústria, comércio e serviços, que absorveram grande parte da população “expulsa” do meio rural.

TABELA 4: PESSOAL OCUPADO EM OUTRAS ATIVIDADES NA REGIÃO OESTE DO PARANÁ 1970-1995:

Atividades	Ano				
	1970	1975	1980	1985	1995
Indústria	7975	14528	18195	17639	26622
Comércio	8107	18691	30379	39861	56459
Serviços	3754	10819	16966	20169	28841

Fonte: IPEA

A atividade que mais cresceu no período foi a de comércio, que além de amparar o setor agroindustrial, deu, também, suporte a população, sobretudo na área têxtil, alimentícia, entre outras. É importante salientar a integração dos diversos setores, sendo a agricultura a base econômica da região, grande parte das novas atividades que surgem, são para dar suporte a esse setor. A prestação de serviços, que teve, também, um aumento expressivo, comporta, entre outras atividades, a mecânica de implementos agrícolas, empresas de crédito rural e de assistência técnica agrônômica às propriedades rurais.

Segundo Rippel (2005), no período de 1970 a 2000, o setor de prestação de serviços passou a representar 13,93% da população ocupada na região; as atividades industriais alcançaram 12,60% do total e o de comércio e mercadorias, por sua vez, atingiu um patamar de 13,60%.

Ao longo da década de 1970, o Brasil conheceu transformações que não se explicavam, apenas, pela aceleração da penetração do capitalismo nas esferas produtivas e sociais, mas assistiu também a ação do Estado autoritário produzindo as bases necessárias para grandes mudanças sobre o território, que trariam a possibilidade real da existência de uma série de processos espaciais que, pela primeira vez na história, incorreria numa gama variada de fenômenos e fluxos em várias direções do território nacional. As migrações se inserem nesta estruturação, e não é apenas o êxodo rural que configura espacialmente e preponderantemente este processo. Em menor escala de importância dada, as migrações interurbanas constituíam o apoio logístico fundamental nas diversas etapas que compunham o grande movimento do êxodo rural (MENEZES, 2000).

De um modo geral, os dados salientam o que a bibliografia destaca em relação às transformações na estrutura produtiva regional. Na década de 60, a região passou por uma mudança na sua estrutura produtiva, que era até então extrativista (madeira) e passou a ser preponderantemente agrícola, produzindo *commodities* como o milho, soja e trigo para abastecer o mercado interno. Já na década de 1970, após ser rapidamente povoado, o Oeste paranaense iniciou novas mudanças em sua base produtiva, impulsionado pelo cenário econômico nacional e pelas políticas estatais que atuavam, via incentivos, à modernização agropecuária e pela integração da região aos mercados interno e externo, concomitantemente à ação das colonizadoras particulares e dos produtores, agentes e alvos desta transformação.

O governo adotou diversos instrumentos destinados a modernizar a lavoura e, estimulado por preços internacionais favoráveis e pela disponibilidade de um pacote tecnológico milagroso conhecido como “Revolução Verde”, composto por sementes melhoradas, mecanização, insumos químicos e biológicos e crédito subsidiado e empreendeu uma profunda transformação na estrutura de produção agrícola tradicional em todo país. A modernização da produção agrícola seria a mola propulsora para a geração do excedente necessário à viabilização da rápida expansão da capacidade industrial – objeto prioritário do modelo de modernização proposto (MARTINE e GARCIA, 1987).

Nessa estratégia, a agricultura passou a ter um papel importante não somente como produtora de matérias-primas e alimentos, mas também como mercado para o parque industrial em termos de máquinas. Ganharam destaque àquelas culturas consideradas “dinâmicas”, ou seja, destinadas à exportação ou à agroindústria e capazes de gerar uma demanda por maquinaria e insumos químicos. A atratividade dos preços internacionais reforçou o estímulo à erradicação de certas culturas e sua substituição por outras, com maior demanda no mercado internacional. Esta substituição exigiu a reestruturação da organização social da produção, sendo que as pequenas propriedades tornaram-se inviáveis para a grande produção voltada para o mercado externo (MARTINE e GARCIA, 1987).

Apesar dos benefícios propostos pelo novo modelo de produção, devem ser considerados os impactos sociais causados pela introdução desses mecanismos, principalmente sobre o acesso a terra, a evolução do emprego, a dimensão da migração, a produção e distribuição de alimentos, entre outros.

Na década de 70, as ocupações estáveis e permanentes no campo foram em grande parte desestruturadas devido à adoção de escalas de produção maior, que expulsaram pequenos produtores, fossem eles proprietários ou não. A maior utilização de máquinas expulsou a mão-de-obra tradicional e as mudanças nas relações de trabalho expulsaram parceiros e arrendatários. Esses impactos, além de causarem um fluxo migratório bastante intenso no sentido rural-urbano, causando

o inchamento das cidades, transformando em assalariados um grande número de pequenos proprietários, deslocou outros para as novas regiões de fronteira agrícola (MARTINE e GARCIA, 1987).

Nesse sentido, a fronteira agrícola tem sido citada repetidamente como capaz de atrair fluxos significativos de migrantes e, assim, arrefecer a intensidade da concentração urbana. De fato, nas últimas décadas a organização da população sobre o espaço se processou em duas dimensões aparentemente contraditórias: a concentração da população em regiões e localidades economicamente dinâmicas e densamente povoadas, junto com a dispersão e interiorização via ocupação sucessiva de novas fronteiras agrícolas.

Deste modo, a expansão da fronteira tem preenchido duas funções básicas no contexto brasileiro: primeiro, serviu sistematicamente como válvula de escape para as tensões sociais geradas pela combinação da estagnação econômica, pelo crescimento populacional e pela rigidez da estrutura social altamente estratificada em áreas de ocupação mais antigas; segundo, num país com dimensões continentais, a expansão da fronteira permitiu incrementar a produção agrícola, além de diminuir a pressão sobre os espaços já densamente povoados (MARTINE e GARCIA, 1987).

Na região Oeste paranaense, assim como em todo país, os impactos da modernização agrícola repercutiram com grande intensidade e causaram conseqüências drásticas tanto sobre a mão-de-obra rural como também sobre os pequenos proprietários, que não receberam os mesmos incentivos creditícios que os empresários agrícolas, por parte do governo. A ocupação das fronteiras agrícolas representou a possibilidade da reprodução social ligada a terra, porém de formas diferenciadas.

É possível estabelecer uma relação entre os fluxos migratórios que promoveram o incremento populacional do Oeste do Paraná e as transformações na estrutura produtiva que ocasionaram além da modificação da área domiciliar da população, que passou de rural para urbana, as formas de inserção produtiva da população, que deixou de ser preponderantemente rural para se dedicar às atividades ligadas à indústria, comércio e serviços, típicas do meio urbano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A expansão das fronteiras agrícolas e a ocupação e colonização de novos espaços coloniais deslocam contingentes populacionais e capitais que implicam em processos de desconstrução e de construção de territorialidades que envolvem diferentes sujeitos sociais. No caso específico da região Oeste do Paraná, a heterogeneidade étnica engendrou diferentes formas de inserção produtiva dos migrantes, que posteriormente foram alteradas pela acelerada mecanização e

especialização agrícola, seguida pela urbanização e agroindustrialização.

A ligação da agricultura com os setores urbanos vinculados à indústria e ao comércio promoveram profundas mudanças nas relações de produção e incrementaram o surgimento de novas atividades nas quais os migrantes puderam se inserir quando o meio rural não ofereceu mais condições.

Além disso, é possível visualizar que o desenvolvimento urbano está relacionado com as mudanças ocorridas no âmbito da agricultura, gerando demandas específicas tanto para atender as novas necessidades sociais como para suprir as novas tecnologias de produção e de transformação dos produtos. As novas relações no campo e na cidade não conseguiram, no entanto responder de todo às necessidades de geração de trabalho e renda. Em face desta deficiência, muitos migrantes que acorreram à região ou seus descendentes foram levados a procurar novas fronteiras tanto para as atividades agrícolas quanto para as urbanas, motivando as migrações intra-regionais e interestaduais.

NOTAS

I Doutor em História. Professor do Centro de Ciências Humanas e Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE / Campus de Toledo. Endereço: Rua da Faculdade, 645, Jd. La Salle, Toledo-PR, CEP: 85903-000. Fone: 45 3379-7000. E-mail: erneldo@uol.com.br;

² Bacharel em Ciências Sociais e Mestre em Desenvolvimento Regional e Agronegócio pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE. Endereço: Rua Tiradentes, s/n, Vila Ipiranga (distrito), Toledo-PR CEP: 85926-750; Fone: 45 3375-1244. E-mail: iaraschneider19@yahoo.com.br;

³ A “frente econômica” representa os empreendimentos de produtores capitalizados. Por outro lado, a “frente” demográfica é composta por pequenos produtores, artesãos, trabalhadores assalariados que tendem a ser os agentes pioneiros nessas áreas. No Oeste paranaense estas “frentes” se sobrepõem na ocupação das fronteiras agrícolas;

⁴ O termo “modus vivendi”, refere-se aqui ao modo de vida praticado por esses migrantes em suas regiões de origem, ligados principalmente às atividades agrícolas, o qual pretendiam reproduzir nas regiões de destino, no caso, o Oeste paranaense.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BECKER, B. K. 1999: *Amazônia*. 5ª Edição. São Paulo: Editora Ática.

COLOGNESE, Sílvio Antônio. SCHALLEMBERGER, Erneldo. GREGORY, Valdir. 1999: *Tupãssi: do mito à história*. Cascavel: Edunioeste.

- GREGORY, Valdir. 2002: *O eurobrasileiros e o espaço colonial: migrações no Oeste do Paraná*. Cascavel: Edunioeste.
- GUIMARÃES NETO, R.B. 2002: *A lenda do ouro verde: políticas de colonização no Brasil Contemporâneo*. Cuiabá.
- HAESBAERT, R. 1997: *Desterritorialização e identidade: a rede gaúcha no nordeste*. Rio de Janeiro: Editora Eduf.
- HAESBAERT, R. 2004: *O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- IPEA. *Instituto de pesquisa econômica aplicada*. Disponível em: www.ipeadata.gov.br. Acessado em abril de 2007.
- LOPES, S. 2002: *O Território do Iguaçu no contexto da "Marcha para Oeste"*. Cascavel: Edunioeste.
- MARTINE, G. GARCIA, R. (orgs). 1987: *Os impactos sociais da modernização agrícola*. São Paulo: Editora Caetés.
- MARX, K. 1981: *O capital: crítica da economia política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, vol.I.
- MENEZES, M. L. P. "Tendências atuais das migrações internas no Brasil". Scripta Nova – Revista Electronica de Geografia y Ciencias Sociales, Universidad de Barcelona, nº 69, agosto-2000.
- PERIS, A. F. (org). 2003: *Estratégias de Desenvolvimento Regional: Região Oeste do Paraná*. Cascavel: Edunioeste.
- PIFFER, M. 1997: "A dinâmica do Oeste paranaense: sua inserção produtiva na economia nacional". UFPR, Dissertação de Mestrado.
- RAFFESTIN, C. 1993: *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Editora Ática.
- RIPPEL, R. 2005: "Migração e desenvolvimento econômico no Oeste do Estado do Paraná: uma análise de 1950 a 2000". Campinas/SP. Tese de Doutorado.
- SCHALLENBERGER, Erneldo. (org). 2006: *"Cultura e memória social: territórios em construção"*. Cascavel: Coluna do Saber.
- SILVA, J.G.da. 1982: *A modernização dolorosa*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- SILVA, J.G. da. 1998: *A nova dinâmica da agricultura brasileira*. 2º ed. São Paulo: Unicamp.
- SOUZA, M. L. de. "O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento". In SAQUET, M; RIBAS, A; SPOSITO, E. 2004: *Território e desenvolvimento: diferentes abordagens*. Francisco Beltrão/PR: Edunioeste.